

Prefácio

Marcos Zingano

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ZINGANO, M. Prefácio. In: AGGIO, J.O. *Prazer e desejo em Aristóteles* [online]. Salvador: EDUFBA, 2017, pp. 13-16. ISBN 978-85-232-2010-5. <https://doi.org/10.7476/9788523220105.0003>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Prefácio

Juliana Aggio tem muitas virtudes, entre as quais certamente a generosidade: foi, pois, com base nesta última que me pediu para fazer um prefácio ao seu livro sobre prazer e desejo em Aristóteles. Com efeito, seu livro dispensa prefácios: é um estudo sólido, consequente, que enfrenta dificuldades cada vez maiores em busca de uma interpretação que lhe pareça mais satisfatória para o problema da ação moral em Aristóteles. Deste modo, Juliana revisita importantes passagens da ética e da psicologia moral aristotélica, propondo releituras e interpretações de textos continuamente discutidos na literatura secundária, mas também aportando novas passagens, novas alusões a trechos que ficaram, ao longo dos últimos anos, como que adormecidos, a despeito da importante renovação por que passou a filosofia aristotélica desde a metade do último século.

Com uma dissertação de mestrado sobre a teoria aristotélica da alma e uma tese de doutorado sobre a ética aristotélica, Juliana está perfeitamente capacitada para abordar temas da filosofia do Estagirita, mas também está ciente das dificuldades que rondam toda empreitada de retomada de um tema clássico e tão debatido como o prazer e desejo. O que haveria de novo a dizer, que texto já não foi escrutinado em todas as suas possibilidades de leitura? Juliana possui, porém, um trunfo em suas mãos, e dos grandes. Ela está obcecada por uma questão e é isto que a faz retirar de passagens por vezes gastas de tanta leitura o que ainda há lá de inesperado – e de muito valioso. Ter uma questão é já bastante; ter uma questão filosoficamente bem formulada é tudo. Seu problema é do último tipo e pode ser formulado assim: se o desejo é uma fonte de motivação que pode

operar por vezes independentemente da razão, por vezes mesmo em oposição ao que comanda a razão (como no caso da *acrasia*, a falta de controle), o que faz com que o desejo possa mesmo assim receber o selo da razão e se conformar inteiramente aos ditames racionais? Tal como a fórmula, a questão é: como o desejo pode ser educado? É uma questão de filosofia: não se trata de encontrar fórmulas e práticas para educar o desejo, mas de compreender, de modo tão abstrato quanto possível, o que leva Aristóteles a supor que o desejo é *educável* ou, em outros termos, em que sentido estamos autorizados a supor que o desejo pode pôr-se sob o comando da razão.

Para encontrar a resposta à questão que a obsidia, Juliana divide sua investigação em duas partes. Na primeira, ela estuda a natureza do prazer; na segunda, a natureza do desejo. Em ambas as partes ela avança como se estivesse em uma guerra de trincheiras, desfazendo os obstáculos graças à clareza com que questiona os textos de Aristóteles. Para a primeira parte, ela precisa lidar com o problema bem conhecido da existência de dois tratados sobre o prazer na *Ética Nicomaqueia*, visto que não somente um não faz referência ao outro (pelo menos não explicitamente), mas sobretudo que eles propõem análises que, ao menos à primeira vista, são incompatíveis: segundo o primeiro tratado, o prazer é toda atividade não impedida; pela análise do segundo, o prazer não é uma atividade, mas aquilo que torna perfeita a realização da atividade. Ao leitor de apreciar o modo como lida com esta dificuldade; interessa-me mais ressaltar que toda a sua análise sobre a natureza do prazer é feita com vistas à defesa do que ela própria denominou de hedonismo moderado, a saber, que o prazer não pode ser o critério pelo qual julgamos que uma ação é moralmente adequada, mas tampouco pode ser expelido da análise da ação virtuosa, visto haver uma relação intrínseca entre agir virtuosamente e ter prazer. Como Juliana ressalta com a insistência de quem tem um caminho a solidamente demarcar, não é porque temos prazer que agimos bem, mas temos prazer sempre que agimos bem. *Bom e mau*, no sentido moral do termo, se agregam ao prazer em função da qualidade boa ou má das atividades que o prazer de algum modo vem a tornar perfeitas.

Aproximamo-nos assim de mais um dos arcanos da filosofia clássica. Embora houvesse já em sua época doutrinas morais neutras e mesmo contrárias ao prazer, Aristóteles faz parte de um importante movimento filosófico para o qual é crucial dar guarida ao prazer na ação moralmente boa – salvo que, para Aristóteles, o prazer não pode ser a razão por que agimos, tampouco um mero concomitante do fato que agimos, mas algo que, sem determinar a natureza

moral da ação, aperfeiçoa a sua realização. O prazer ocupa um lugar que não é o mais dirimente para a ação moral, mas ocupa um lugar importante. E isto a ponto que Aristóteles se vê levado a admitir que, se o agente faz algo moralmente bom, ele então necessariamente usufrui o prazer de ter assim agido. Aristóteles ilustra sua tese com o exemplo do sujeito que passa a vida inteira treinando a duras penas como pugilista, enfrentando combates, exercícios e dores intermináveis para, enfim, obter o sucesso e ser laureado em um Jogo Olímpico. Curto, mas glorioso sucesso. Assim também o homem corajoso enfrenta, em defesa de sua cidade, a horda de invasores e, justo antes de ter a cabeça decepada por um bárbaro qualquer, vislumbra o prazer de estar fazendo o que deveria ter feito. É isto, então, o que sente o homem que abre os braços na famosa pintura de Goya dos fuzilamentos da colina do Príncipe Pio? Pode ser, mas mesmo Heitor pôs-se a correr ao ver Aquiles, na luta que conclui a *Ilíada*. Aristóteles aposta nesta posição do prazer que o torna intrínseco ao bem agir, mas não determinante da boa ação; Juliana segue seus passos, buscando penetrar nos arcanos de seu pensamento para entender o mistério deste prazer inevitável que acompanha toda ação moral.

O segundo eixo de seu trabalho versa sobre a natureza do desejo. Aqui também vemos Juliana lidar com uma série de textos e dificuldades com vistas a fazê-los todos militar em direção à resposta de uma questão. Uma parte importante de sua análise consiste na tentativa de mostrar que a razão deliberativa, que opera fundamentalmente sobre os meios, não esgota o domínio da razão prática. Deixo ao leitor o prazer de seguir suas análises e apreciar como avança no interior de um dédalo de problemas que atormenta qualquer intérprete de Aristóteles. Vejamos qual é a questão que dirige suas investigações e análises. O problema consiste em saber como o desejo é educável, o que é formulado por Juliana de um modo mais preciso: de que modo pode o desejo ser persuadido pela razão. Para responder à sua questão, Juliana busca em Aristóteles o que ela própria denomina, *faute de mieux*, de *razão persuasiva*, uma função da razão prática que teria alcance inclusive para os fins que nos propomos a seguir. Nos termos dela, a força da persuasão que a razão opera no desejo residiria antes em uma sedução argumentativa, algo como um acordo consentido, para a obtenção do qual os estratagemas da retórica não deixam de ter um papel relevante. É bem verdade que a simples imposição prepondera na formação do agente, quando, ainda criança, obedece às injunções dos pais, mas é na fase adulta, quando pode compreender as razões de por que

deve fazer tal coisa, que as operações de persuasão da razão deixam de ser meras imposições externas para valer como determinações que o agente acata por si próprio, internamente. Novamente nos aproximamos dos arcanos do pensamento clássico. Ou, talvez, de seu nó górdio em Aristóteles. Para ouvir as injunções da razão, o desejo precisa ser previamente formado em direção ao justo. Para ter a direção do justo, porém, o desejo precisa ser persuadido pela razão. Mas não é isso mais uma formulação do velho problema de saber quem veio primeiro, o ovo ou a galinha? Para desfazer o nó, a noção chave é a de *ethismos*, habituação, que Aristóteles introduz de modo decisivo em sua ética, cuja elucidação é crucial para a correta compreensão do pensamento do Estagirita. É em direção a esta noção que vai Juliana, armada com suas questões e ansiosa pelas respostas. Ao leitor agora de seguir os passos de Juliana e apreciar o percurso que ela realiza.

Marcos Zingano

São Paulo, fevereiro de 2017.